

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2019

**SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV****Concurso Público para preenchimento de vagas
Técnico em Gestão Previdenciária**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada um busca forças quando se defronta com obstáculos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Ao contrário do que se imagina, o processo de envelhecimento populacional resulta do declínio da fecundidade e não do declínio da mortalidade. Uma população torna-se mais idosa à medida que aumenta a proporção de indivíduos idosos e diminui a proporção de indivíduos mais jovens.

A transição demográfica originou-se na Europa e seu primeiro fenômeno foi a diminuição da fecundidade, observada na Revolução Industrial. Lá, o aumento na expectativa de vida se deu graças às melhores condições de saneamento, além do uso de antibióticos e de vacinas.

Na América Latina, observa-se hoje um fenômeno semelhante ao ocorrido na Europa, porém, com implicações diferentes. No modelo Europeu, ocorreu grande desenvolvimento social e aumento de renda significativo. Na América Latina, em especial no Brasil, houve um processo de urbanização sem alteração da distribuição de renda. Entre os anos 1940 e 1960, o Brasil experimentou um declínio da mortalidade, mantendo a fecundidade em níveis altos, o que gerou uma população jovem em rápido crescimento. A partir dos anos 1960, a redução da fecundidade, que se iniciou nas regiões mais desenvolvidas, desencadeou o processo de transição da estrutura etária. No futuro, teremos uma população quase estável, porém mais idosa e com taxa de crescimento baixíssima.

O grupo etário de cinco a nove anos declinou de 14 para 12% entre 1970 e 1990. Nesse período, a presença de crianças com menos de cinco anos reduziu-se de 15 para 11%. No ano 2000, cada um desses grupos continuou a declinar. Por outro lado, o grupo composto por pessoas acima de 65 anos cresceu de 3,5, em 1970, para 5,5% em 2000. Entretanto, é interessante observar o envelhecimento que já ocorre dentro da própria população idosa, pois 17% dos idosos com 80 anos ou mais de idade corresponderão, em 2050, provavelmente, a 28%.

O nível socioeconômico pouco explica sobre a mortalidade entre os idosos. Após os 60 anos, a expectativa de vida não varia de modo significativo ao compararmos países desenvolvidos e países em desenvolvimento. O que difere um país desenvolvido de um país em desenvolvimento como o Brasil é a quantidade de indivíduos que irá chegar aos 60 anos, pois, após esse período, não se observa diferença entre os países.

A mortalidade no Brasil começou a diminuir nos anos 1940. Entretanto, a taxa de fecundidade somente iniciou a sua queda cerca de 30 anos depois. Na Europa, a queda na taxa de fecundidade iniciou-se no final do século XIX, cem anos após a queda na taxa de mortalidade; assim, os países europeus tiveram mais tempo para se preparar. No Estado de São Paulo, atualmente, a taxa de fecundidade já atinge níveis de reposição. O ciclo de envelhecimento que na Europa durou quase dois séculos terminará aqui em meados do próximo século, ou seja, na metade do tempo. Em 2025, o Brasil terá cerca de 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Entre outras coisas, isso significa que o perfil de doenças da população mudará de modo radical, de modo que a capacidade funcional surge como um novo paradigma de saúde.

(Adaptado de: NASRI, Fábio. **Einstein**. 2008; 6 (Supl 1): S4-S6)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. O autor chama a atenção para o fato de que se espera, para as próximas décadas, no Brasil, o aumento da população considerada idosa.
- II. Explicita-se, no 5º parágrafo, a proporcionalidade entre o nível de desenvolvimento socioeconômico populacional e a taxa de mortalidade entre os idosos de mais de 60 anos, ou seja, em países menos desenvolvidos, a taxa de mortalidade deste grupo etário específico é maior.
- III. No texto, compara-se o processo de envelhecimento brasileiro ao europeu, concluindo-se que, no Brasil, o ciclo de envelhecimento da população ocorreu de modo mais rápido.
- IV. Depreende-se do texto que uma população é chamada de idosa quando há o aumento real do número de indivíduos considerados idosos, ainda que a taxa de nascimentos e de pessoas mais jovens se mantenha em ascensão.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

2. O segmento que introduz uma oposição em relação ao que se afirmou antes está sublinhado em:

- (A) Uma população torna-se mais idosa à medida que aumenta a proporção de indivíduos idosos (1º parágrafo).
- (B) Lá, o aumento na expectativa de vida se deu graças às melhores condições de saneamento, além do uso de antibióticos e de vacinas (2º parágrafo).
- (C) assim, os países europeus tiveram mais tempo para se preparar (último parágrafo).
- (D) Entretanto, a taxa de fecundidade somente iniciou a sua queda cerca de 30 anos depois (último parágrafo).
- (E) de modo que a capacidade funcional surge como um novo paradigma de saúde (último parágrafo).



3. O verbo que pode ser corretamente flexionado em uma forma do **plural**, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está em:
- (A) *No Estado de São Paulo, atualmente, a taxa de fecundidade já atinge níveis de reposição.*
 - (B) *No ano 2000, cada um desses grupos continuou a declinar.*
 - (C) *No modelo Europeu, ocorreu grande desenvolvimento social e aumento de renda significativo.*
 - (D) *Na América Latina, observa-se hoje um fenômeno semelhante ao ocorrido na Europa, porém, com implicações diferentes.*
 - (E) *Na América Latina, em especial no Brasil, houve um processo de urbanização sem alteração da distribuição de renda.*

4. *A partir dos anos 1960, a redução da fecundidade, que se iniciou nas regiões mais desenvolvidas, desencadeou o processo de transição da estrutura etária (3º parágrafo).*

Transpondo-se a oração principal da frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) foram desencadeados.
 - (B) foi desencadeada.
 - (C) era desencadeada.
 - (D) foram desencadeadas.
 - (E) foi desencadeado.
5. Está correta a **redação** deste livre comentário:
- (A) A saúde plena é premissa verdadeira para poucos idosos, já que o envelhecimento, para a maioria deles implicam na convivência com uma ou mais doenças.
 - (B) Pode-se dizer com alguma certeza que, a prevalência de determinadas doenças chega à dobrar depois que se ultrapassa os 65 anos.
 - (C) O aumento no número de doenças crônicas à que são acometidos, leva os idosos a terem limitada sua qualidade de vida.
 - (D) Muitos idosos, se manterem certas doenças crônicas sob controle, terão a seu alcance uma vida independente e produtiva.
 - (E) À medida que a população envelhece, o controle de doenças cujo principal fator de risco é a idade representa grande desafio à área da saúde.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

Ilusões do mundo

Afinal, é mesmo assim: quase sempre nos iludimos. Aquelas nuvens que me pareciam tão de passagem reuniram-se em grupos compactos e prepararam um pequeno dilúvio sobre estes vales de Lindoia. Assim, os forasteiros, surpreendidos, ficaram privados de seus passeios, e as crianças, em turbilhão, começaram a aparecer por baixo de mesas. E foi por isso que os salões do hotel se viram repletos de alaridos.

Imagina-se que deva ser penoso para um turista ver-se de repente privado das alegrias do ar livre. Mas as virtudes destas águas de Lindoia são tamanhas que aqui ninguém se perturba com os contratempos. Benditas águas... Benditas não só por esse otimismo que propiciam como pelas curas reais que se lhes atribuem. Este conta que se achava repleto de cálculos e agora está livre deles. O que se amofinava com as suas alergias, já nem se lembra mais delas. Tudo graças a copinhos de água, a banhos de imersão e a não sei quantas outras modalidades de aplicações.

Aprecio essas maravilhas que me são referidas, mas na verdade o que mais me impressiona é o bom humor que observo em redor de mim. Se as pessoas esbarrarem umas nas outras, cometerem, enfim, esses pequenos desatinos que se observam no convívio dos hotéis, há uma cordialidade generalizada que arredonda as arestas da agressividade.

Acontece, porém, que encontro um sábio que anda perdido sob estas árvores. E o sábio não participa do otimismo geral. O sábio está desgostoso com os apartamentos que já se vão acumulando neste lugar de fontes privilegiadas. Ele vê as coisas em profundidade, e suas previsões são desanimadoras. A bacia destas águas está ameaçada pelas construções que vão sendo feitas indiscriminadamente. A floresta primitiva está quase desaparecida, e não está sendo recomposta, para a devida proteção dos mananciais. Os sábios são, como os artistas, quase sempre melancólicos. Porque avistam mais longe, porque antes que as coisas aconteçam já estão padecendo com as suas consequências... O sábio amava as águas miraculosas. Estava sofrendo por elas. Era a única pessoa triste, no meio de tanto bom humor. Mas era a pessoa mais esclarecida. E, por sua causa, e por sua sapiência, aquele paraíso me pareceu precário, e fiquei também inclinada sobre Lindoia, carpindo, desde já, a possibilidade do seu desaparecimento...

(Adaptado de: MEIRELES, Cecília. **Ilusões do mundo**. São Paulo: Global Editora, 2014, 1ª edição digital)

6. Na crônica, um encontro com um homem sábio fez com que a autora
- (A) se decepcionasse com o pessimismo demonstrado por ele.
 - (B) passasse a lamentar a falta de conservação ambiental de Lindoia.
 - (C) se sentisse disposta a lançar novo olhar sobre o poder de cura das fontes de Lindoia.
 - (D) compreendesse, para sua decepção, que as águas de Lindoia não eram de fato miraculosas.
 - (E) levasse em conta a ideia de que a natureza, por ser finita, deve ser apreciada.



7. Depreende-se corretamente que, no trecho
- (A) *Tudo graças a copinhos de água* (2^o parágrafo), acentua-se a ironia da autora, que, ao longo do texto, questiona o poder de cura das águas de Lindoia, a respeito do qual havia se iludido.
 - (B) *porque antes que as coisas aconteçam já estão padecendo com as suas consequências* (último parágrafo), apresenta-se uma causa para a melancolia de sábios e artistas.
 - (C) *os forasteiros, surpreendidos, ficaram privados de seus passeios* (1^o parágrafo), justifica-se a agressividade dos hóspedes, que se veem aglomerados no saguão de um hotel.
 - (D) *Mas as virtudes destas águas de Lindoia são tamanhas que aqui ninguém se perturba com os contratempos* (2^o parágrafo), assinala-se o empenho da autora em convencer os hóspedes do hotel da qualidade das águas de Lindoia.
 - (E) *E, por sua causa, e por sua sapiência, aquele paraíso me pareceu precário* (último parágrafo), a autora condena a atitude do homem que a fez perder a ilusão de que Lindoia poderia ser um local onde predomina a felicidade.

8. há uma cordialidade generalizada que arredonda as arestas da agressividade (3^o parágrafo).

O elemento sublinhado acima possui, no contexto, a mesma função sintática do também sublinhado em:

- (A) *e prepararam um pequeno dilúvio sobre estes vales de Lindoia.*
- (B) *e as crianças, em turbilhão, começaram a aparecer por baixo de mesas.*
- (C) *Assim, os forasteiros, surpreendidos, ficaram privados de seus passeios.*
- (D) *Era a única pessoa triste, no meio de tanto bom humor.*
- (E) *A bacia destas águas está ameaçada pelos construções.*

9. Considerado o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Suprimindo-se o sinal de dois-pontos, sem prejuízo para o sentido original, o trecho *Afinal, é mesmo assim: quase sempre nos iludimos* (1^o parágrafo) pode ser reescrito do seguinte modo: "Afinal, é mesmo assim, embora quase sempre nos iludamos".
- (B) Para que se mantenha a correção gramatical, na frase *Ele vê as coisas em profundidade, e suas previsões são desanimadoras* (último parágrafo), a vírgula deve ser suprimida, uma vez que se encontra antes de conjunção aditiva.
- (C) A expressão sublinhada no trecho *que arredonda as arestas da agressividade* (3^o parágrafo), adquire, no contexto, o mesmo sentido do verbo "prescindir".
- (D) Os elementos sublinhados em *Acontece, porém, que encontro um sábio que anda perdido sob estas árvores* (último parágrafo) são ambos pronomes que se referem a "sábio".
- (E) No trecho *Benditas não só por esse otimismo que propiciam como pelas curas reais que se lhes atribuem* (2^o parágrafo), o elemento sublinhado pode ser corretamente substituído por "a elas".

10. Está correta a **redação** deste livre comentário:

- (A) Quando não se controlam a propagação de construções próximas a mananciais, permitindo que sejam feitas de modo indiscriminado, isso pode ameaçar a bacia de águas medicinais.
- (B) É de se deduzir que se frustra um turista cujas condições climáticas impeçam-no de usufruir das atividades ao ar livre.
- (C) No convívio dos hotéis, é comum que se veja pessoas esbarrarem umas nas outras e cometerem pequenos deslizes referentes as normas sociais.
- (D) Há aqueles que se sentem desgostosos com a ampliação de apartamentos em lugares onde se encontram fontes privilegiadas pela composição de suas águas.
- (E) Uma floresta primitiva quando quase desaparecida, deve ser reflorestada, recorrendo-se à espécies nativas naturais.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. A horta de Ana tem couve, alface, escarola, espinafre e tomate plantados em cinco filas numeradas de 1 a 5, cada uma com uma única variedade.
- As couves estão ao lado das alfaces.
 - As escarolas, que estão na segunda fila, não estão ao lado das couves nem ao lado das alfaces.
 - Os tomates estão ao lado das escarolas mas não estão ao lado das alfaces nem das couves.

A fila em que estão os espinafres é:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



12. Maria fez 2019 balas de coco de 5 sabores diferentes, sendo 392 puras, 400 com amendoim, 409 com abacaxi, 410 com recheio cremoso e 408 com chocolate. Ela deve fazer embalagens com 6 balas de um mesmo sabor. O número de balas que vão sobrar é:
- (A) 7.
 (B) 9.
 (C) 8.
 (D) 12.
 (E) 6.

13. Os algarismos A, B, C e D, na conta armada, são distintos entre si.

$$\begin{array}{r} A \ B \ C \ D \\ \times \ 9 \\ \hline D \ C \ B \ A \end{array}$$

O valor de $B + C$ é:

- (A) 9.
 (B) 8.
 (C) 6.
 (D) 2.
 (E) 1.
14. Um quadrado latino 4×4 deve ser preenchido apenas com os números 1, 2, 3 e 4 de tal forma que eles apareçam exatamente uma vez em cada linha e exatamente uma vez em cada coluna.

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 3 | 4 |
| A | B | | |
| 3 | | 2 | |
| | 1 | | |

Ao terminar o preenchimento do quadrado latino da figura, $A + B$ vale:

- (A) 4.
 (B) 5.
 (C) 6.
 (D) 7.
 (E) 3.
15. Em uma competição de culinária os concorrentes devem acertar o ingrediente especial de cada um dos 10 pastéis que irão provar de olhos vendados. Para cada resposta certa o candidato ganha 1 ponto e para cada errada perde 1 ponto. Ana começou com 10 pontos e, depois de provar os 10 pastéis, ficou com 14 pontos. O número de erros de Ana foi de:
- (A) 4.
 (B) 8.
 (C) 7.
 (D) 6.
 (E) 3.



Noções de Informática

16. Todos os computadores conectados à internet, incluindo *smartphones*, *laptops* e servidores *web*, se comunicam usando números, conhecidos como endereços IP. Porém, ao abrir o navegador não digitamos o endereço IP para entrar em um *website*, mas sim um nome amigável (por exemplo, www.spprev.sp.gov.br). Para converter este nome amigável em um endereço IP (por exemplo, 192.0.3.55) é utilizado o protocolo
- (A) SMTP.
 - (B) DNS.
 - (C) DHCP.
 - (D) UDP.
 - (E) IMAP.
-
17. No Windows 10, em português, para acessar a janela onde será possível mapear uma unidade de rede, para acessá-la posteriormente por meio do Explorador de Arquivos, deve-se pressionar a tecla de logo do Windows + E e selecionar
- (A) Rede e Internet > Localizar unidades de rede.
 - (B) Rede > Central de rede e compartilhamento > Mapear unidades de rede.
 - (C) Este computador > Mapear unidade de rede, na guia Computador.
 - (D) Rede e Internet > Mapear unidade de rede, na guia Exibir.
 - (E) Este computador > Propriedades > Configurar unidade de rede.
-
18. No Explorador de Arquivos do Windows 10, em português, um usuário selecionou diversos arquivos presentes em uma pasta e, para compactá-los em um único arquivo, clicou com o botão direito do mouse sobre um deles e selecionou, no menu suspenso que aparece,
- (A) a opção Compactar agora.
 - (B) as opções Compactar arquivos > Zip > Compactar.
 - (C) as opções Win-Zip > Compactar arquivos > Compactar.
 - (D) a opção Compactar arquivos.
 - (E) as opções Enviar para > Pasta compactada.
-
19. No Microsoft Word, Excel e PowerPoint, componentes do pacote Office 2013, em português, há uma barra de ferramentas de acesso rápido no topo da tela, como ferramentas usadas frequentemente, tais como salvar, desfazer e refazer. Para acessar a janela onde será possível adicionar novas ferramentas nessa barra deve-se selecionar as opções
- (A) Arquivo > Opções > Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.
 - (B) Arquivo > Preferências > Barra de Acesso Rápido.
 - (C) Inserir > Ferramentas > Barra de acesso Rápido.
 - (D) Ferramentas > Opções > Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.
 - (E) Arquivo > Ferramentas > Barra de acesso Rápido.
-
20. Um dos procedimentos que mais potencializam as chances de ser vítima de um ataque de *phishing* é
- (A) acessar a conta de e-mail por meio de gerenciadores de e-mail como o *Verse* e o *Notes SmartCloud*.
 - (B) excluir imediatamente e-mails com *links* de desconto ditos como imperdíveis durante uma campanha de comércio eletrônico.
 - (C) acessar as contas de e-mail e redes sociais por meio de Wi-Fi público.
 - (D) fornecer informações de *login* somente após verificar o nome do site e se ele inicia por "https".
 - (E) abrir arquivos obsoletos, criados em versões de *softwares* que não possuem mais suporte do fabricante.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Diante do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:
- (A) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
 - (B) É livre, exclusivamente aos brasileiros natos e naturalizados, a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - (C) Admite-se a prática de tortura em caso de guerra declarada.
 - (D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei e trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
 - (E) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
-
22. Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- (A) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.
 - (B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (C) Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
 - (D) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (E) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
-
23. Com base no que dispõe a Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre:
- I. normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
 - II. propaganda comercial.
 - III. procedimentos em matéria processual.
 - IV. sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular.
 - V. assistência jurídica e Defensoria pública.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) III, IV e V.
 - (E) II, IV e V.
-
24. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos que especifica, dentre os quais o de
- (A) um cargo de professor com outro técnico, independentemente de haver compatibilidade de horários.
 - (B) dois cargos de professor com outro de confiança, independentemente de haver compatibilidade de horários.
 - (C) cargos de professor, independentemente da quantidade, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (D) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários.
 - (E) um cargo de professor com outro científico, independentemente de haver compatibilidade de horários.
-
25. À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre os direitos sociais,
- (A) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.
 - (B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - (D) a lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, exigindo-se, ainda, o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical para o cumprimento de sua finalidade.
 - (E) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.



26. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre nacionalidade,
- (A) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - (B) a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.
 - (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de membro da Câmara dos Deputados.
 - (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por decisão administrativa, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
 - (E) é fator impeditivo de aquisição da nacionalidade brasileira a condenação, por improbidade administrativa, de cidadão estrangeiro residente no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos.

Noções de Direito Administrativo

27. O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios. No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas,
- (A) os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepoem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.
 - (B) as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.
 - (C) inexistente hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.
 - (D) os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.
 - (E) a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

28. As empresas estatais criadas pelos entes federados
- (A) dependem de prévia autorização legislativa para definição de seu escopo de atuação e regime jurídico aplicável, público ou privado.
 - (B) podem ter personalidade jurídica de direito público ou privado, característica que não interfere na impenhorabilidade do patrimônio das mesmas.
 - (C) sujeitam-se ao princípio da obrigatoriedade de licitação, à semelhança das autarquias e sob o mesmo regime legal, aplicável a todos os entes que integram a Administração indireta.
 - (D) são regidas pelo direito privado, porque constituídas na forma prevista na legislação civil, não se sujeitando a controle externo dos Tribunais de Contas.
 - (E) são sujeitas ao regime jurídico típico das empresas privadas, o que não afasta a possibilidade de controle finalístico de seus atos pela Administração direta e de controle pelas Cortes de Contas.

29. Um empregado público foi regularmente contratado há 2 anos por ente da Administração indireta para ocupar emprego público. As avaliações internas feitas pelo empregador vêm demonstrando que o empregado não vem performando adequadamente, tampouco demonstrando o necessário comprometimento com suas atribuições. A administração do ente pretende demitir o empregado, o que exige
- (A) aguardar o término do estágio confirmatório de 3 anos, o que permitirá o pagamento ao empregado das verbas rescisórias e indenizatórias.
 - (B) processo administrativo com observância do contraditório e da ampla defesa, desde que o empregado tenha sido contratado mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
 - (C) que a decisão de extinção do vínculo seja adotada antes do término do período de estágio probatório, após o que será necessário que o empregador solicite autorização da Administração direta que integra.
 - (D) decisão fundamentada em razões que consubstanciem a motivação do ato, não sendo necessária instituição de processo administrativo com prévia oitiva e defesa do empregado.
 - (E) comunicação escrita ao empregado acerca da demissão, não se exigindo motivação e fundamentação da decisão, requisito necessário apenas para a extinção de vínculo estatutário.

30. No curso de um processo administrativo instaurado por requerimento de um administrado, foi constatado que um documento fundamental à correta análise do pleito não fora analisado quando do proferimento de decisão de indeferimento. O administrado, verificando o fato, apresentou pedido de reconsideração da decisão. Dentre as alternativas juridicamente possíveis, a autoridade competente
- (A) poderá revogar a decisão de indeferimento, lançando mão do poder de rever seus próprios atos.
 - (B) poderá declarar a nulidade do processo administrativo, determinando ao administrado que apresente novo requerimento, em razão da decisão impugnada já ter sido proferida.
 - (C) deverá analisar se a omissão da análise configura vício de legalidade, o que ensejará a anulação da decisão de indeferimento, retomando-se a análise a partir do documento cuja análise fora negligenciada.
 - (D) deverá acolher o pedido de reconsideração se também tiver sido apresentado recurso administrativo, na medida em que os atos administrativos só podem ser revistos mediante provocação formal da parte.
 - (E) deveria conceder novo prazo para o administrado apresentar suas razões, não sendo caso de revisão da decisão de indeferimento, que poderá ser aditada.



31. Um agente público, em regular diligência de fiscalização a estabelecimentos de ensino, constatou potencial irregularidade no procedimento de matrícula de determinado nível de escolaridade e determinou a interdição do estabelecimento. Considerando os fatos descritos, uma das possíveis conclusões para a atuação do agente público é
- (A) atuação com excesso de poder disciplinar, pois este somente incide na esfera hierárquica do quadro de servidores de órgão da Administração direta ou pessoa jurídica integrante da Administração indireta.
 - (B) a regularidade da conduta, considerando o princípio da supremacia do interesse público, cabendo ao responsável pelo estabelecimento regularizar o procedimento apontado e, após, pleitear a reabertura da unidade de ensino.
 - (C) a viabilidade jurídica da conduta, considerando que será oportunizado contraditório e ampla defesa ao responsável pela escola, com possibilidade de reposição das aulas no caso de procedência de suas alegações.
 - (D) ter agido com abuso de poder no exercício do poder de polícia inerente à sua atuação, não se mostrando razoável a medida adotada, que prejudicou o cronograma de aulas de todos os alunos da instituição.
 - (E) que o poder regulamentar confere ao representante da Administração pública o poder de baixar atos normativos dotados de autoexecutoriedade, protegendo o direito à educação em detrimento do direito individual dos alunos.
-
32. A edição de um ato administrativo de natureza vinculada acarreta ou pressupõe, para a Administração pública, o dever
- (A) de ter observado o preenchimento dos requisitos legais para a edição, tendo em vista que nos atos vinculados a legislação indica os elementos constitutivos do direito à prática do ato.
 - (B) subjetivo de emissão do mesmo, este que, em razão da natureza, não admite anulação ou revogação.
 - (C) de observar as opções legalmente disponíveis para decisão do administrador, que deverá fundamentá-la em razão de conveniência e interesse público.
 - (D) do administrado destinatário do ato exercer o direito que lhe fora concedido, tendo em vista que os atos administrativos são vinculantes para os particulares, que não têm opção de não realizar o objeto ou finalidade do mesmo.
 - (E) de submeter o ato ao controle externo do Tribunal de Contas competente e do Poder Judiciário, sob o prisma da legalidade, conveniência e oportunidade.
-
33. A nomeação de um particular para ocupar um cargo em comissão na Administração direta
- (A) dependeria de prévia realização de concurso público, tendo em vista que referidos cargos só podem ser providos por servidores de carreira.
 - (B) significa que a Administração pública está provendo cargos para atender necessidades temporárias decorrentes da vacância de cargos efetivos, cujas atribuições não podem deixar de ser desempenhadas.
 - (C) deve se destinar a atribuições de chefia, direção ou assessoramento, pois referidos servidores não podem se prestar a desempenhar atribuições típicas de cargos efetivos.
 - (D) sujeita o novo servidor ao cumprimento de estágio probatório de 2 anos, diferentemente do provimento de cargos efetivos, que impõe estágio probatório de 3 anos.
 - (E) enseja a formação de vínculo celetista, passível de demissão *ad nutum*, tendo em vista que a não realização de concurso público impede a formalização de vínculo estatutário.
-
34. A Administração pública de determinado ente federado está reorganizando sua estrutura, abrangendo a Administração indireta. Nesse campo, promoveu levantamento das empresas estatais existentes no ente federado e decidiu por extinguir aquelas que não tivessem mais finalidade social aderente à linha de governo, bem como as deficitárias. Para tanto,
- (A) deverá editar ato de mesma natureza do que promoveu a criação da empresa, ou seja, decreto ou lei.
 - (B) será necessária autorização legislativa, inclusive para, por exemplo, indicar o destino de seu patrimônio, caso não pretenda que reverta à Administração central.
 - (C) poderá providenciar o encerramento das atividades na mesma linha aplicada às empresas privadas, não sendo necessária autorização prévia, exigida apenas para a instituição das referidas pessoas jurídicas.
 - (D) deverá liquidar todas as despesas da empresa e alienar seu patrimônio antes de solicitar autorização legislativa para decretar a extinção da mesma.
 - (E) será necessária prévia realização de licitação para eventual identificação de interessados na aquisição do capital social da empresa, sendo autorizada a extinção apenas diante da inexistência de licitantes.



35. Dentre as fontes do Direito Administrativo, é possível deduzir que
- (A) somente a lei formal pode ser considerada fonte do Direito Administrativo, considerando a primazia do princípio da legalidade.
 - (B) o princípio da supremacia do interesse público é a principal fonte do Direito Administrativo, pois fundamenta todas as ações e decisões da Administração pública.
 - (C) a jurisprudência não pode ser considerada fonte do Direito Administrativo, pois não emana do Poder Executivo nem do Poder Judiciário.
 - (D) as lacunas legais se consubstanciam em fontes concretas do Direito Administrativo, considerando que ao Poder Executivo é dado suprir a ausência de lei por meio da edição de decreto.
 - (E) não se mostra necessária a codificação das leis e atos normativos para que se consubstanciem em fonte do Direito Administrativo.

Legislação

36. A SPPREV, criada pela Lei Complementar nº 1.010, de 2007, tem por finalidade
- (A) administrar, gerenciar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos e dos servidores públicos titulares de cargo de livre nomeação e exoneração.
 - (B) conceder, pagar e manter os benefícios assegurados pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargo efetivo (RPPS), não compreendendo, dentre suas atribuições, os benefícios previdenciários dos servidores do Poder Judiciário e Legislativo, que têm regime previdenciário administrado e gerido pelos respectivos Poderes.
 - (C) administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos (RPPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).
 - (D) administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos (RPPS), cabendo à CBPM, autarquia estadual que absorveu o patrimônio do IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), administrar e gerir o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).
 - (E) administrar o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM), cabendo ao IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), autarquia estadual, administrar e gerir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos (RPPS).
37. Maria é titular de cargo efetivo junto à Administração pública estadual desde 3 de junho de 1998, data em que, após aprovação em concurso público, nomeação e posse, entrou em exercício. Sobre os vencimentos de Maria, a título de contribuição para manutenção do RPPS (Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos), incide, nos termos da Lei nº 1.012, de 2007,
- (A) alíquota de 6%, porquanto Maria ingressou no serviço público antes da entrada em vigor da Lei nº 1.012, de 2007.
 - (B) alíquota de 11%, não sendo computados na base de contribuição os adicionais temporais e as diárias para viagens percebidas em razão do exercício da função.
 - (C) alíquota de 14%, que incide sobre a base de contribuição integrada pelas vantagens pecuniárias permanentes.
 - (D) alíquota de 11%, computando-se na base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, as vantagens pecuniárias, os adicionais de caráter individual e demais vantagens.
 - (E) alíquota progressiva de 6% a 14%, calculada, respectivamente, sobre vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes e dos adicionais de caráter individual.
38. Considere que Pedro, militar da reserva remunerada do Estado de São Paulo, faleceu. Joana, que vivia em união estável com Pedro havia dois anos, requereu, administrativamente, o recebimento do benefício da pensão. O requerimento de Joana, nos termos do disposto na Lei nº 1.013, de 2007, será
- (A) indeferido, pois, para fins de recebimento de pensão, é dependente do militar o cônjuge, não o companheiro, mesmo que não estivesse na constância do casamento na data do óbito.
 - (B) indeferido, pois, para fins de recebimento de pensão, são dependentes do militar os filhos, não o companheiro ou o cônjuge, desde que comprovadamente vivam sob dependência econômica do militar.
 - (C) deferido, desde que Joana comprove que vivia, à época do falecimento, sob dependência econômica do militar.
 - (D) deferido, desde que Joana comprove a união estável e sua constância à época do falecimento de Pedro, independentemente da comprovação de dependência econômica.
 - (E) deferido, desde que Joana comprove, além da união estável, ter filho de Pedro menor de 21 anos e não emancipado.



39. Organização da Sociedade Civil (OSC), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, mantém parceria com autarquia estadual. Recebe, para execução do objeto do ajuste, recursos públicos transferidos de acordo com o plano de desembolso financeiro. Considere que, com fundamento na Lei nº 12.527, de 2011, órgão de imprensa requereu informações quanto ao valor de repasse e as metas estabelecidas na referida parceria. O requerimento foi dirigido à OSC. As informações solicitadas
- (A) podem ser negadas, pois a entidade tem direito ao sigilo de suas atividades, inclusive das que executa com recursos públicos.
 - (B) devem ser fornecidas, pois a publicidade das atividades ligadas à execução do objeto do referido ajuste é a regra, sendo o sigilo a exceção.
 - (C) devem ser fornecidas, uma vez que, no caso, a entidade tem a obrigação de tornar pública todos os seus dados relacionados ou não ao objeto do ajuste executado.
 - (D) podem ser negadas, pois, no caso, somente a autarquia estadual tem obrigação de atender a solicitação.
 - (E) podem ser negadas, pois a Lei de Acesso à Informação não se aplica às autarquias, e, em relação às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, alcança as que recebem recursos diretamente do orçamento, não as que mantêm relações bilaterais consensuais.
-
40. Considere que segurado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado obteve afastamento sem direito à remuneração, por 5 anos, de seu cargo efetivo. Nesse período,
- (A) terá suspenso o seu vínculo com o RPPS enquanto perdurar o afastamento, exceto se continuar recolhendo a sua parte da contribuição previdenciária.
 - (B) por ser segurado obrigatório do RPPS, terá direito aos benefícios do regime, inclusive em razão da ausência de direito à remuneração no período de afastamento.
 - (C) terá assegurado o direito à manutenção da vinculação ao regime na hipótese de recolher, mensalmente, a integralidade da contribuição previdenciária, inclusive a patronal.
 - (D) terá suspenso o seu vínculo com o RPPS enquanto perdurar o afastamento, independentemente de continuar recolhendo integralmente a contribuição previdenciária.
 - (E) manterá o seu vínculo com o RPPS, pois este somente é suspenso ou interrompido nos afastamentos superiores a 5 anos.
-
41. Considere as seguintes assertivas sobre o Quadro de Pessoal da São Paulo Previdência (SPPREV), criado pela Lei Complementar nº 1.058, de 2008, e seu regime jurídico.
- I. O Quadro de Pessoal é composto de subquadro de Empregos Públicos Permanentes e de subquadro de Empregos Públicos em confiança, diferenciando seus integrantes em razão do regime jurídico a que estão estabelecidos: os primeiros, o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e os segundos, o estatutário especial da Autarquia.
 - II. Os integrantes do subquadro de Empregos Públicos Permanentes e do subquadro de Empregos Públicos em confiança estão sujeitos à jornada completa de trabalho, caracterizada pela exigência da prestação de 40 horas semanais de trabalho.
 - III. O ingresso nas carreiras que integram o subquadro de Empregos Públicos Permanentes se dá por meio da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
 - IV. O Quadro de Pessoal é composto de subquadro de Empregos Públicos Permanentes, não tendo sido instituído subquadro de Empregos Públicos em Comissão, dada sua excepcionalidade.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e III.
-
42. Após ter sido aprovado em concurso público de provas e títulos para cargo efetivo regido pela Lei nº 10.261, de 1968, José foi nomeado, mas deixou de ser empossado, em razão de não gozar de boa saúde, tendo sido reprovado em inspeção realizada pelo Departamento Médico do Estado. A decisão da autoridade administrativa de não dar posse a José
- (A) é arbitrária, porquanto a aprovação em concurso público dentro do número de vagas confere direito subjetivo à titularização de cargo público.
 - (B) encontra fundamento no ordenamento jurídico, porquanto José não preencheu requisito legal para ser empossado em cargo público.
 - (C) é inválida por não respeitar o direito à readaptação, conferido a todo servidor público acometido de doença profissional.
 - (D) poderá ser alterada por decisão de autoridade superior, pois a verificação das condições estabelecidas para investidura no cargo é sujeita a juízo de conveniência e oportunidade.
 - (E) é válida, sendo a boa saúde, a boa conduta, a nacionalidade brasileira e a idade superior a 21 anos requisitos para posse em cargo público, nos termos da Lei.



43. Após ter sido nomeado para cargo efetivo regido pela Lei nº 10.261, de 1968, André foi empossado e deveria entrar em exercício na data de 5 de agosto de 2019. André, no entanto, por questões pessoais, pretendia obter prorrogação desse prazo, tendo requerido, em 30 de julho, prorrogação do referido prazo para 30 de outubro de 2019. O requerimento de André foi indeferido. Cientificado do indeferimento, optou por não entrar em exercício. Considerando estes fatos, após o transcurso do prazo legal para entrada em exercício, a decisão administrativa que exonerou André do cargo para qual foi nomeado
- (A) é inválida, pois o interesse público que justificou a decisão de prover o cargo deve prevalecer, sendo garantido a André entrar em exercício até 90 dias após a data da posse.
 - (B) é válida, pois André somente tinha direito subjetivo à prorrogação do prazo de entrada em exercício por 60 dias.
 - (C) não tem fundamento legal, pois a aprovação em concurso público confere direito subjetivo à investidura, sendo a data de entrada em exercício no cargo, diferentemente da data de posse, decisão de cunho pessoal do nomeado.
 - (D) é válida, pois os prazos de posse e exercício estão previstos em lei e não são passíveis de prorrogação, em razão do princípio da legalidade.
 - (E) tem fundamento no ordenamento jurídico, pois o prazo para entrada em exercício pode ser prorrogado por 30 dias, a juízo da autoridade competente.
-
44. Considere que Maria foi admitida, no ano de 1990, pela Lei nº 500, de 1974, para exercer junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo a função-atividade de professor de educação básica. Em razão do referido vínculo, após preencher os requisitos constitucionais e legais, Maria pretende se aposentar. A São Paulo Previdência (SPPREV) deverá
- (A) conceder o benefício previdenciário à Maria, que, nos termos da Lei nº 1.010, de 2007, é segurada do RPPS.
 - (B) negar a concessão do benefício previdenciário à Maria, pois, em razão da natureza do vínculo mantido com o Estado, não é segurada do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
 - (C) conceder o benefício previdenciário à Maria, que, nos termos da Lei nº 1.010, de 2007, é segurada do RPPS por equiparação, tal qual o são os empregados públicos pertencentes aos Quadros de Emprego Público permanente.
 - (D) negar a concessão do benefício previdenciário à Maria, pois, em razão da data de sua admissão no serviço público, não é segurada do RPPS, sendo assim considerados apenas os admitidos após a publicação da Lei nº 1.010, de 2007.
 - (E) conceder o benefício previdenciário à Maria, que, para tanto, deverá comprovar contribuição previdenciária para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois haverá, neste caso, compensação entre regimes.

Noções de Atendimento

45. Um dos requisitos a serem observados pelo servidor, no atendimento ao público, é o de urbanidade, que consiste
- (A) na obrigação de se apresentar de forma asseada e com vestimenta adequada às funções.
 - (B) em presteza e rapidez no atendimento, respeitando o tempo dos usuários.
 - (C) na obrigação de informar os usuários sobre seus direitos e todas as condições ligadas ao serviço demandado.
 - (D) no dever ético de tratar os usuários com cortesia e boa educação.
 - (E) no respeito às leis e às normas aplicáveis, bem como ao dever de probidade administrativa.
-
46. A prestação de serviços públicos demanda da Administração e de seus servidores uma atuação eficiente, em todas as suas etapas, incluindo o atendimento ao público. De acordo com a definição doutrinária corrente, eficiência corresponde
- (A) à capacidade de promover os resultados pretendidos ou planejados, independentemente da maior utilização dos recursos envolvidos, com foco em indicadores não financeiros.
 - (B) à capacidade de prestar os serviços utilizando a menor quantidade de recursos possíveis, como tempo, mão de obra e material, ou seja, o melhor uso dos insumos disponíveis na produção de bens e serviços.
 - (C) ao atendimento das expectativas dos cidadãos quanto ao nível de qualidade dos serviços, o que pode demandar, contudo, o uso adicional de recursos, com foco em pesquisas de satisfação.
 - (D) ao cumprimento de metas e indicadores de resultados fixados para o órgão, dos quais devem ser expurgados os custos incorridos com a prestação do serviço.
 - (E) à medida de avaliação de desempenho do servidor, ligada à sua contribuição individual para a melhoria dos índices de qualidade na prestação dos serviços públicos.



47. Um requisito ou habilidade relevante que deve estar presente na atuação do servidor no desempenho da função de atendimento é a capacidade de se colocar no lugar da outra pessoa, buscando agir ou pensar da forma como ela pensaria ou agiria nas mesmas circunstâncias. Trata-se da habilidade pessoal denominada
- (A) confiabilidade.
 - (B) discrição.
 - (C) cortesia.
 - (D) intuição.
 - (E) empatia.
-
48. O comportamento do servidor no atendimento ao público pode ser receptivo ou defensivo, sendo característica inerente a esse último
- (A) criar obstáculos e dificuldades para livrar-se do encargo, dificultando a qualidade da prestação do serviço.
 - (B) proteger o usuário, informando-o sobre todos os riscos de determinadas decisões ou opções.
 - (C) defender o interesse público e as instituições, agindo de forma ética e proba.
 - (D) conduta corporativa, voltada à preservação de benefícios pessoais e funcionais.
 - (E) excesso de zelo do servidor, com apego a formalismos, gerando mais trabalho para si e menos qualidade para os usuários.
-
49. Comunicabilidade é um elemento indispensável para que o atendimento ao público seja adequado. Nesse contexto, uma comunicação eficaz pressupõe:
- I. transmissão de forma correta, ou seja, com identidade entre a mensagem mentada pelo emissor e captada pelo receptor.
 - II. que não sejam necessários esforços de decifração e compreensão por parte do receptor.
 - III. o uso de termos técnicos, que demonstrem o conhecimento do emissor, gerando respeitabilidade perante o receptor.
 - IV. identidade entre emissor e receptor, que somente se estabelece quando possuem os mesmos valores.
- Esta correto o que consta, APENAS de
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e IV.
-
50. O bom desenvolvimento do trabalho em equipe no ambiente organizacional pressupõe:
- I. eficácia no comportamento interpessoal dos servidores, com atitude cooperativa e de respeito mútuo.
 - II. composição homogênea da equipe, em termos de escolaridade e nível cultural, como forma de evitar a diversidade, que, nesse contexto, se mostra contraproducente.
 - III. hierarquia decisória, cabendo a um dos membros da equipe, necessariamente, o protagonismo nas discussões e a responsabilidade pelos resultados.
 - IV. objetividade, o que significa que os membros devem ser diretos em suas ações, sem perder tempo com especulações, e agir de forma imparcial, independente de preferências pessoais.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.